

Nome: _____

N. de inscrição: _____

Assinatura: _____

Opção de turno para realização de estágio (matutino, vespertino ou ambos): _____

1. Nesta prova constam 40 (quarenta) questões objetivas e 02 (duas) questões discursivas. Confira antes de iniciá-la.
2. Esta é a única **folha de respostas** para marcação das questões objetivas onde não serão computadas aquelas com rasuras.
3. Tempo de duração da prova: 4h (quatro horas).
4. Não será permitido ao candidato levar este caderno de questões.

Folha de Respostas

| | | | | | | | | | |
|----|-----|-----|-----|-----|----|-----|-----|-----|-----|
| 1 | (A) | (B) | (C) | (D) | 21 | (A) | (B) | (C) | (D) |
| 2 | (A) | (B) | (C) | (D) | 22 | (A) | (B) | (C) | (D) |
| 3 | (A) | (B) | (C) | (D) | 23 | (A) | (B) | (C) | (D) |
| 4 | (A) | (B) | (C) | (D) | 24 | (A) | (B) | (C) | (D) |
| 5 | (A) | (B) | (C) | (D) | 25 | (A) | (B) | (C) | (D) |
| 6 | (A) | (B) | (C) | (D) | 26 | (A) | (B) | (C) | (D) |
| 7 | (A) | (B) | (C) | (D) | 27 | (A) | (B) | (C) | (D) |
| 8 | (A) | (B) | (C) | (D) | 28 | (A) | (B) | (C) | (D) |
| 9 | (A) | (B) | (C) | (D) | 29 | (A) | (B) | (C) | (D) |
| 10 | (A) | (B) | (C) | (D) | 30 | (A) | (B) | (C) | (D) |
| 11 | (A) | (B) | (C) | (D) | 31 | (A) | (B) | (C) | (D) |
| 12 | (A) | (B) | (C) | (D) | 32 | (A) | (B) | (C) | (D) |
| 13 | (A) | (B) | (C) | (D) | 33 | (A) | (B) | (C) | (D) |
| 14 | (A) | (B) | (C) | (D) | 34 | (A) | (B) | (C) | (D) |
| 15 | (A) | (B) | (C) | (D) | 35 | (A) | (B) | (C) | (D) |
| 16 | (A) | (B) | (C) | (D) | 36 | (A) | (B) | (C) | (D) |
| 17 | (A) | (B) | (C) | (D) | 37 | (A) | (B) | (C) | (D) |
| 18 | (A) | (B) | (C) | (D) | 38 | (A) | (B) | (C) | (D) |
| 19 | (A) | (B) | (C) | (D) | 39 | (A) | (B) | (C) | (D) |
| 20 | (A) | (B) | (C) | (D) | 40 | (A) | (B) | (C) | (D) |

JUSTIÇA FEDERAL DE 1º GRAU NO MARANHÃO
SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DE DIREITO/2019

1. Segundo Helly Lopes Meireles, ato administrativo é *“toda manifestação unilateral de vontade da Administração Pública que, agindo nessa qualidade, tenha por fim imediato adquirir, resguardar, transferir, modificar, extinguir e declarar direitos, ou impor obrigações aos administrados ou a si própria”*. Nesse sentido, marque a alternativa que apresente o rol de elementos dos atos administrativos:

- a) competência, presunção de legitimidade, imperatividade, autoexecutoriedade e tipicidade.
- b) competência, partes, objeto, forma prescrita ou não defesa em lei e consentimento.
- c) competência, finalidade, forma, motivo e objeto.
- d) atos normativos, atos ordinatórios, atos negociais, atos enunciativos e atos punitivos.

2. Sobre o tema licitações e contratos administrativos, assinale a alternativa incorreta.

- a) O rol para os casos de inexigibilidade de licitação, ao contrário dos casos de dispensa, não é exaustivo.
- b) O art. 3.º da Lei n.º 8.666/93 enumera os princípios a serem observados durante o procedimento licitatório, dentre os quais se incluem a igualdade e o julgamento objetivo.
- c) O art. 24, IV, da Lei n.º 8.666/93 delibera sobre a possibilidade de inexigibilidade de licitação nos casos de emergência ou calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança pública.
- d) O art. 22, da Lei n.º 8.666/93, dispõe que são modalidades de licitação a concorrência, a tomada de preços, o convite, o concurso e o leilão.

3. A respeito da responsabilidade civil do Estado, julgue os itens a seguir.

I – No Brasil, atualmente, a responsabilidade civil do Estado por ato comissivo é, em regra, subjetiva e baseada na teoria do risco integral.

II – Ocorrendo prejuízo ao particular por ato omissivo de servidor público, a responsabilidade deste será subjetiva.

III – De acordo com a lei e a jurisprudência dominante dos Tribunais Superiores, o simples fato de o agente público praticar dano ao particular acobertado pela excludente do estrito cumprimento de dever legal sempre afastará a responsabilidade civil do Estado.

IV – A teoria do risco administrativo admite o afastamento da responsabilidade do Estado, em razão de circunstâncias excludentes.

Estão incorretos apenas os itens:

- a) I e IV.
- b) II e IV.
- c) II e III.
- d) I e III.

4. De acordo com a Lei n.º 8.429/1992, o agente público que frustrar a licitude de concurso público estará praticando ato de improbidade administrativa que:

- a) importa em enriquecimento ilícito.
- b) atenta contra os princípios da administração pública.
- c) causa prejuízo ao erário.
- d) impede a sua participação em concursos públicos, no âmbito Federal, pelo prazo de 10 (dez) anos.

5. É o direito real público que permite a utilização da propriedade alheia pelo Estado ou por seus delegatários com o objetivo de atender ao interesse público, como por exemplo: a passagem de fios elétricos por propriedade alheia. Tal afirmação se aproxima do conceito de:

- a) desapropriação.
- b) ocupação temporária.
- c) limitação administrativa.
- d) servidão administrativa.

6. Assinale a alternativa que NÃO indica uma característica dos direitos fundamentais:

- a) Historicidade.
- b) Inalienabilidade.
- c) Relatividade.
- d) Prescritibilidade.

7. A respeito da teoria dos direitos fundamentais, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Atualmente é possível constatar uma forte tendência de aplicação, no âmbito do STF, da teoria da eficácia direta ou imediata dos direitos fundamentais às relações privadas, também denominada de eficácia horizontal.
- b) Os direitos fundamentais de primeira geração ou dimensão possuem eficácia normativa apenas negativa, na medida em que constituem direitos de resistência ou oposição em face do Estado.
- c) O direito fundamental ao meio ambiente sadio e ecologicamente equilibrado é exemplo de direito de segunda geração ou dimensão.

JUSTIÇA FEDERAL DE 1º GRAU NO MARANHÃO
SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DE DIREITO/2019

- d) Os direitos sociais, econômicos e culturais são classificados como direitos fundamentais de terceira geração ou dimensão.
8. Figura como legitimado ativo especial para a propositura de Ação Direta de Inconstitucionalidade, em relação ao qual se exige pertinência temática como requisito implícito para ajuizamento da demanda:
- a) Presidente da República.
 - b) Governador do Estado.
 - c) Procurador Geral da República.
 - d) Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.
9. A respeito da organização político-administrativa da República Federal do Brasil, assinale a alternativa INCORRETA:
- a) A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e os territórios, todos autônomos, nos termos da Constituição.
 - b) Nos termos da Constituição da República Federativa do Brasil, os Territórios Federais integram a União e sua criação, transformação em Estado ou reintegração ao Estado de origem serão reguladas por lei complementar.
 - c) É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público.
 - d) Os Estados podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros, ou formarem novos Estados ou Territórios Federais, mediante aprovação da população diretamente interessada, através de plebiscito, e do Congresso Nacional, por lei complementar.
10. No que diz respeito às disposições constitucionais relativas à Administração Pública, assinale a alternativa INCORRETA:
- a) A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.
 - b) Os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei.
 - c) A investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração.
 - d) Somente por lei específica poderá ser criada autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista e fundação, cabendo à lei complementar, neste último caso, definir as áreas de sua atuação.
11. Os Juízes Federais NÃO possuem competência processar e julgar:
- a) Ação para concessão de benefício previdenciário contra o INSS tendo como causa de pedir incapacidade decorrente de acidente trabalho.
 - b) Ação ajuizada para responsabilização civil da Caixa Econômica Federal em razão da inclusão indevida do nome do consumidor em cadastro de inadimplentes.
 - c) As causas entre Estado estrangeiro ou organismo internacional e Município ou pessoa domiciliada ou residente no País.
 - d) As causas fundadas em tratado ou contrato da União com Estado estrangeiro ou organismo internacional.
12. Acerca do regime jurídico das pessoas naturais e das pessoas jurídicas no Código Civil em vigor, assinale a alternativa INCORRETA:
- a) são absolutamente incapazes somente os menores de 16 (dezesseis) anos.
 - b) o partido político e as organizações religiosas são pessoas jurídicas de direito privado.
 - c) sem autorização, não se pode usar o nome alheio em propaganda comercial.
 - d) a personalidade civil da pessoa natural começa do nascimento com vida e a existência legal da pessoa jurídica de direito privado tem início com a feitura do seu ato constitutivo.
13. Após o rompimento de uma barragem contendo lama de rejeito de mineração, parte de uma cidade foi atingida. Pai e filho se encontravam no local e vieram a falecer em razão do desastre. Mesmo após realizada acurada perícia nos corpos de ambos, não foi possível constatar o exato momento em que cada um deles faleceu. Diante disso, assinale a alternativa correta:
- a) a hipótese é de comoriência.
 - b) por ser mais velho, presume-se que o falecimento do pai precedeu ao do filho.
 - c) a hipótese é de ausência.
 - d) a hipótese é de morte presumida.
14. Acerca dos negócios jurídicos, assinale a alternativa CORRETA:

JUSTIÇA FEDERAL DE 1º GRAU NO MARANHÃO
SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DE DIREITO/2019

- a) a validade do negócio jurídico requer: agente capaz; objeto lícito, possível, determinado ou indeterminado; forma prescrita ou defesa em lei.
- b) como manifestação de vontade, o silêncio jamais pode ser interpretado como anuência, pois, no direito, quem cala não consente.
- c) os negócios jurídicos devem ser interpretados conforme a boa-fé e os usos do lugar de sua celebração.
- d) o negócio jurídico nulo pode ser sanado pelo decurso do tempo.

15. Acerca dos contratos, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) a liberdade de contratar será exercida em razão e nos limites da função social do contrato.
- b) quando houver cláusulas ambíguas ou contraditórias no contrato de adesão, o juiz deverá adotar a interpretação mais favorável ao aderente.
- c) em razão da autonomia privada, os contratantes podem deixar de guardar os princípios da probidade e da boa-fé na conclusão do contrato.
- d) o direito civil brasileiro admite a formação de contratos atípicos.

16. Acerca da responsabilidade civil, assinale a alternativa CORRETA:

- a) em hipótese alguma o incapaz poderá responder civilmente pelos prejuízos que causar a terceiro.
- b) a indenização é medida pela extensão do dano. Porém, se houver excessiva desproporção entre a gravidade da culpa e o dano, o juiz poderá reduzir a indenização equitativamente.
- c) a responsabilidade civil é independente da criminal e nenhuma questão decidida pelo juízo criminal poderá influenciar no juízo cível.
- d) pessoa jurídica não pode sofrer dano moral.

17. Considerando o Sistema Penal brasileiro, assinale a opção correta:

- a) a lei penal brasileira adotou a teoria da atividade quanto ao tempo do crime.
- b) o crime é praticado no momento em que ocorre o resultado, não importando o momento da ação ou omissão criminosa.
- c) a lei penal brasileira adotou de forma rígida a teoria da ação quanto ao lugar do delito.
- d) o delito é consumado obrigatoriamente no lugar da ação ou omissão criminosa.

18. Considerando o Sistema Penal brasileiro, assinale a opção correta:

- a) extingue-se a punibilidade pela retratação do agente em todas as ações penais.
- b) extingue-se a punibilidade pela morte do agente.
- c) extingue-se a punibilidade em favor do agente pela anistia, graça e/ou indulto presidencial *ad referendum* dos respectivos chefes do legislativo e judiciário.
- d) extingue-se a punibilidade em favor do agente pela incidência do instituto da prescrição, em qualquer modalidade, desde que o órgão ministerial apresente previamente requerimento ou parecer nesse sentido.

19. Considerando o Sistema Penal brasileiro, assinale a opção correta:

- a) o Código Penal não prevê a hipótese de crime de peculato na forma culposa.
- b) o Código Penal não prevê a hipótese de crime de peculato na forma dolosa.
- c) o Código Penal prevê apenas a hipótese de crime de peculato na forma dolosa.
- d) o Código Penal prevê a hipótese de crime de peculato nas formas culposa e dolosa.

20. Considerando o Sistema Penal brasileiro, assinale a opção correta:

- a) o delito de roubo é sempre hediondo.
- b) o delito de roubo não pode ser enquadrado como hediondo.
- c) o delito de furto é sempre punível com pena corporal de detenção.
- d) ladrão que subtrai ladrão pratica furto, tendo como vítima o real dono da *res furtiva*.

21. Considerando o Sistema Penal brasileiro, assinale a opção correta:

- a) o delito de estelionato não admite a forma tentada.
- b) o delito de estelionato prescinde o dolo do agente.
- c) o delito de estelionato admite apenas a forma dolosa.
- d) o delito de estelionato admite as formas culposa e dolosa.

22. Considerando o Sistema Penal brasileiro, assinale a opção correta:

- a) o crime de moeda falsa é praticado em detrimento da fé pública e independe da qualidade da contrafação do papel-moeda para sua configuração.
- b) o crime de moeda falsa é praticado em detrimento do patrimônio e independe da qualidade da contrafação do papel-moeda para sua configuração.
- c) a utilização de papel-moeda grosseiramente falsificado configura, em tese, o crime de estelionato, de competência da Justiça Estadual.
- d) a pessoa que se apropria de coisa alheia móvel ou imóvel, de que tem a posse ou a detenção confiada, pratica, em tese, o crime de apropriação indébita.

JUSTIÇA FEDERAL DE 1º GRAU NO MARANHÃO
SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DE DIREITO/2019

23. Tributo é toda prestação pecuniária _____, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato _____, instituída em _____ e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.

- a) compulsória; ilícito; lei.
- b) compulsória; ilícito; lei.
- c) compulsória; ilícito; lei ou contrato.
- d) voluntária; ilícito; lei.

24. De acordo com a Lei nº 8.213/91, carência é o número mínimo de contribuições mensais indispensáveis para que o beneficiário faça jus ao benefício. Nesse sentido, independe de carência a concessão das seguintes prestações do Regime Geral de Previdência Social:

- a) auxílio-doença; e aposentadoria por invalidez.
- b) pensão por morte; auxílio-acidente; e aposentadoria por idade.
- c) aposentadoria por invalidez; e salário-maternidade.
- d) reabilitação profissional; pensão por morte; auxílio-reclusão.

25. Considere a seguinte situação hipotética: João, segurado do Regime Geral de Previdência Social, faleceu em 01/02/2019, deixando apenas sua esposa, Maria. Esta, por sua vez, considerando o óbito do seu cônjuge, requereu ao INSS o benefício de pensão por morte no quadragésimo quinto dia do óbito do segurado. Portanto, nos termos da Lei nº 8.213/91, a pensão por morte será devida a contar:

- a) da data do óbito.
- b) da data do requerimento administrativo.
- c) do dia seguinte à data do óbito.
- d) da data do deferimento da concessão.

26. Considerando as disposições previstas na Lei Orgânica da Assistência Social (Lei nº 8.742/93), assinale a alternativa correta:

- a) O benefício de prestação continuada é a garantia de um salário-mínimo mensal à pessoa com deficiência e ao idoso com 60 (sessenta) anos ou mais que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção nem de tê-la provida por sua família.
- b) Considera-se incapaz de prover a manutenção da pessoa com deficiência ou idosa a família cuja renda mensal per capita seja inferior a 1/3 (um terço) do salário-mínimo.
- c) O benefício de prestação continuada (BPC) não pode ser acumulado pelo beneficiário com qualquer outro no âmbito da seguridade social ou de outro regime, salvo os da assistência médica e da pensão especial de natureza indenizatória.
- d) O benefício de prestação continuada possui caráter vitalício, não podendo ser revisto.

27. Sobre a renda mensal dos benefícios previdenciários, é correto afirmar:

- a) a renda mensal da aposentadoria por tempo de contribuição não está sujeita ao fator previdenciário.
- b) a renda mensal do auxílio-doença corresponde a 100% do salário de benefício.
- c) a renda mensal da aposentadoria por invalidez corresponde a 91% do salário de benefício.
- d) a renda mensal da aposentadoria especial não está sujeita ao fator previdenciário.

28. Assinale a opção correta:

Compete aos Juízes Federais processar e julgar:

- a) As causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho.
- b) As causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, incluindo as de acidentes de trabalho e, a partir da Emenda Constitucional 45/2004, todas as ações reclamatórias trabalhistas.
- c) As causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, incluindo as de falência e as de acidentes de trabalho.
- d) As causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidentes de trabalho, mas incluindo as causas eleitorais.

29. Assinale a opção correta.

Juliana Silva ajuizou ação de procedimento comum perante a Justiça Estadual, contra um particular. O Juiz Estadual que recebeu a petição inicial, ao analisar os fatos narrados pela autora, entendeu ser necessária a participação da União no feito, em razão de litisconsórcio passivo necessário e, em razão disso, determinou a imediata remessa dos autos à Justiça Federal. Posteriormente, o Juiz Federal que recebera os autos proferiu decisão excluindo a União do feito, por entender não estar ela legitimada para a demanda, determinando a devolução dos autos à Justiça Estadual.

- a) O procedimento do Juiz Federal está correto. Excluído o ente federal cuja presença levara o Juiz Estadual a declinar da competência, deve o Juiz Federal restituir os autos e não suscitar conflito.

JUSTIÇA FEDERAL DE 1º GRAU NO MARANHÃO
SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DE DIREITO/2019

b) O procedimento do Juiz Federal está equivocado, pois não poderia revisar a decisão do Juiz Estadual. Nessa hipótese, deveria suscitar conflito de competência perante o Tribunal de Justiça.

c) O procedimento do Juiz Federal está equivocado, pois deveria suscitar conflito de competência perante o Superior Tribunal de Justiça.

d) O procedimento do Juiz Federal está equivocado, pois deveria suscitar conflito de competência perante o Tribunal de Justiça e o Tribunal Regional Federal.

30. Acerca da curatela especial, prevista no art. 72 do Código de Processo Civil, aponte a alternativa INCORRETA:

a) O juiz nomeará curador especial ao réu revel citado por edital, enquanto não for constituído advogado.

b) O juiz nomeará curador especial ao incapaz se este não tiver representante legal ou se os interesses do incapaz colidirem com os de seu representante.

c) A curatela especial será exercida pelo Ministério Público, nos termos da lei.

d) Ao réu revel citado pessoalmente não será nomeado curador especial.

31. De acordo com o artigo 7º da Lei nº 12.016/2009 (Lei do Mandado de Segurança), leia os trechos abaixo e, em seguida, assinale a alternativa que preenche correta e respectivamente as lacunas.

I. Ao despachar a inicial, o juiz ordenará que se notifique a autoridade coatora do conteúdo da petição inicial, enviando-lhe a segunda via apresentada com as cópias dos documentos, a fim de que, _____.

II. Ao despachar a inicial, o juiz ordenará que se dê ciência do feito ao órgão de representação judicial da pessoa jurídica interessada, enviando-lhe cópia da inicial sem documentos, _____.

III. Ao despachar a inicial, o juiz ordenará que se suspenda o ato que deu motivo ao pedido, quando houver fundamento relevante e do ato impugnado puder resultar a ineficácia da medida, caso seja finalmente deferida, sendo facultado exigir do impetrante _____ com o objetivo de assegurar o ressarcimento à pessoa jurídica.

a) I. no prazo de 15 (quinze) dias, conteste/ II. para que, querendo, ingresse no feito/ III. caução ou depósito.

b) I. no prazo de 10 (dez) dias, conteste/ II. para que, querendo, preste as informações/ III. caução, fiança ou depósito.

c) I. no prazo de 15 (quinze) dias, preste as informações/ II. para que, querendo, preste as informações/ III. caução ou fiança.

d) I. no prazo de 10 (dez) dias, preste as informações/ II. para que, querendo, ingresse no feito/ III. caução, fiança ou depósito.

32. Assinale a alternativa correta.

A Defensoria Pública da União ajuizou ação de procedimento comum em favor do menor João Henrique Silva e em desfavor da União, do Estado do Maranhão e do Município de São Luís, visando ao fornecimento de tratamento médico para tratamento de cardiopatia do incapaz. Alguns dias após o ajuizamento da demanda, o menor João Henrique Silva veio a falecer, em virtude da doença. Nessa hipótese, o Juiz Federal que recebeu a ação deverá:

a) Determinar a citação dos Réus para contestarem a ação no prazo legal.

b) Acolher, desde logo, o pedido do autor, uma vez que o falecimento deste comprova as deficiências do Sistema Único de Saúde.

c) Extinguir o processo sem resolução de mérito, por se tratar de ação intransmissível.

d) Extinguir o processo sem resolução de mérito, por ilegitimidade ativa do autor.

33. Sobre o inquérito policial é CORRETO afirmar que:

a) É obrigatório para subsidiar o oferecimento da denúncia ou queixa.

b) Deve ser observado o contraditório durante a investigação, constituindo flagrante abuso de autoridade a falta de ciência ao investigado sobre a instauração do procedimento.

c) Tem natureza sigilosa, ao contrário da regra imposta aos atos processuais.

d) Poderá ser arquivado de ofício pela autoridade policial.

34. Julgue os itens a seguir e assinale a alternativa CORRETA:

I. A denúncia é a petição inicial da ação penal pública e, obrigatoriamente, deve descrever o fato criminoso, com todas suas circunstâncias, qualificar ou fornecer elementos para identificação do acusado, bem como indicar a tipificação legal da conduta.

II. Em virtude dos princípios da indisponibilidade e da indivisibilidade da ação penal pública incondicionada, considera-se inadmissível o arquivamento implícito, podendo o Ministério Público, até a prolação da sentença condenatória, aditar a denúncia para fazer incluir fatos novos na inicial acusatória.

III. Na ação penal privada, o legislador conferiu o próprio direito de ação ao ofendido, havendo, excepcionalmente, a transferência ao particular – que atua em nome próprio – da tutela de interesse alheio (*jus puniendi* do Estado).

IV. Discordando o juiz federal da promoção de arquivamento do inquérito policial apresentado pelo Procurador da República, deverá encaminhar os autos a outro representante do Ministério Público Federal para oferecimento da denúncia.

V. O prazo para conclusão de inquérito policial independe se o investigado está preso ou em liberdade.

a) São corretos APENAS os itens I, II e III.

b) São corretos APENAS os itens I, IV e V.

c) São corretos APENAS os itens II, III e V.

JUSTIÇA FEDERAL DE 1º GRAU NO MARANHÃO
SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DE DIREITO/2019

d) São corretos APENAS os itens II e IV.

35. No processo penal, o interrogatório do acusado:

- a) Tem natureza jurídica apenas de meio de prova.
- b) É o primeiro ato da instrução, sendo realizado logo após o recebimento da denúncia.
- c) É ato processual obrigatório, devendo o juiz suspender o curso do processo e da prescrição caso, designada audiência para a oitiva do réu, ele não seja localizado no endereço anteriormente informado.
- d) É o momento que o acusado pode exercer sua autodefesa ou valer-se do direito ao silêncio, se assim desejar.

36. José da Silva foi denunciado pelo Ministério Público Federal pela prática do crime de moeda falsa. Admitida a acusação, ele foi citado pessoalmente, porém não ofereceu resposta à acusação no prazo legal. Nesse caso, o juiz:

- a) deverá decretar a revelia do réu, deixar de produzir as provas indicadas pelo Ministério Público e julgar o processo.
- b) deverá determinar nova intimação do réu, para que ele, no prazo de 05 (cinco) dias, indique as provas que pretende produzir.
- c) nomear advogado dativo ou encaminhar os autos à Defensoria Pública para apresentação da resposta em favor do acusado.
- d) determinar o prosseguimento do processo, adotando as medidas necessárias para a produção de provas indicadas pela acusação.

37. O procedimento comum ordinário pode ser sintetizado, cronologicamente, pelas seguintes fases:

- a) 1- Denúncia; 2- Resposta à acusação; 3- Recebimento da denúncia; 4- Inquirição de testemunhas; 5- Alegações finais; 6- Sentença.
- b) 1- Denúncia; 2- Inquirição de testemunhas; 3-Resposta à acusação; 4- Recebimento da denúncia; 5- Alegações finais; 6- Sentença.
- c) 1- Defesa preliminar; 2- Denúncia; 3-Recebimento da denúncia; 4- Alegações finais; 5- Sentença; 6- Inquirição de testemunhas, em caso de condenação.
- d) 1- Denúncia; 2- Recebimento da denúncia; 3- Resposta à acusação; 4- Inquirição de testemunhas; 5- Alegações finais; 6- Sentença.

38. De acordo com a Lei 10.259/2001, que instituiu os Juizados Especiais Cíveis e Criminais no âmbito da Justiça Federal, marque a opção incorreta:

- a) É admitido recurso contra decisão que defere medida cautelar no curso do processo.
- b) Nas causas de competência do Juizado Especial Federal não caberá reexame necessário, ainda que a sentença condenatória seja proferida em desfavor da Fazenda Pública Federal.
- c) Podem ser partes no Juizado Especial Cível, como réis, a União, as autarquias federais e as fundações públicas federais, não entrando no rol de legitimidade passiva as empresas públicas federais.
- d) Não haverá prazo diferenciado para a prática de qualquer ato processual pelas pessoas jurídicas de direito público, inclusive interposição de recursos.

39. Sobre os Juizados Especiais Cíveis e o procedimento da Lei 9.099/95, considere:

- I) Não comparecendo o demandado à sessão de conciliação ou à audiência de instrução e julgamento, reputar-se-ão verdadeiros os fatos alegados no pedido inicial, mesmo se o contrário resultar da convicção do Juiz.
- II) O processo instaurar-se-á com a apresentação do pedido, escrito ou oral, à Secretaria do Juizado.
- III) É admitida, no processo, a intervenção de terceiros.
- IV) A contestação, que será oral ou escrita, conterà toda matéria de defesa, exceto arguição de suspeição ou impedimento do Juiz, que se processará na forma da legislação em vigor.

Marque a opção que contém as assertivas corretas:

- a) I e III;
- b) II e IV;
- c) II e III;
- d) I e IV.

40. A respeito do processo eletrônico, nos termos da Lei 11.419/2006, marque a opção incorreta:

- a) Quando a petição eletrônica for enviada para atender prazo processual, serão consideradas tempestivas as transmitidas até 24 (vinte e quatro) horas do seu último dia, mesmo na hipótese de encerramento do horário de expediente ordinário estabelecido pelo tribunal.
- b) No processo eletrônico, todas as citações, intimações e notificações, inclusive da Fazenda Pública, serão feitas por meio eletrônico.
- c) Os documentos produzidos eletronicamente e juntados aos processos eletrônicos com garantia da origem e de seu signatário, na forma estabelecida nesta Lei, serão considerados originais para todos os efeitos legais.
- d) A intimação eletrônica será considerada realizada no dia em que o intimado efetivar a consulta eletrônica ao teor da intimação, sendo irrelevante que a consulta se dê em dia útil ou não.

RASCUNHO

RASCUNHO

JUSTIÇA FEDERAL DE 1º GRAU NO MARANHÃO
SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DE DIREITO/2019

N. de inscrição: _____

Questão 2. Discorra sobre a ação penal, abordando, necessariamente, os seguintes aspectos (no máximo, em 20 linhas):

1. conceito de ação penal.
2. espécies de ação penal.
3. princípios aplicáveis à ação penal (cite ao menos três).

PROVA